



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PARECER N° 84-CGM
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 20250225001
CARONA N° A.2025-00006 SRP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA-PA

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI N° 14.133/2021, DECRETO N° 020/2024, ANÁLISE CONTROLE INTERNO DO PROCEDIMENTO RECOMENDAÇÕES. EXTERNO. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES

1. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTROLADORIA INTERNA

Antes de se adentrar o mérito do presente Parecer, insta salientar que a condução da análise técnica desta Controladoria Interna encontra respaldo na Constituição Federal em seu art. 74, ratificada no artigo 71 da Constituição Estadual, no art. 279 do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (Ato N° 23, de 16 de dezembro de 2020), e art. 11 da Lei Municipal n° 306/2024 e Art. 145 § 3 do decreto municipal n°20/2024. Complementar N° 101/2000, art. 59, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas das Unidades das Prefeituras, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentária financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia e demais normas, que regulamentam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio, e concomitante dos atos de gestão, e visando a comunicar o Administrador Público.

Destaca-se que o Controlador Geral do Município não é ordenador de despesas, sendo esta atribuição restrita aos Secretários gestores de fundos municipais e ao gestor Municipal, atuando somente o Controle Interno, na análise documental que lhes são apresentadas.

Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, "O controle constitui poder-dever dos órgãos a que a lei atribui essa função, precisamente pela sua finalidade corretiva; ele não pode ser renunciado nem retardado, sob pena de responsabilidade de quem se omitiu". Cabe aos responsáveis pelo setor de Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A responsabilidade solidária do Controlador Geral do Município, só será alegada, quando, conhecendo a ilegalidade ou irregularidade, não as informar ao Gestor, ao Presidente da Câmara, ou ao Tribunal de Contas ao qual está vinculado, por não ter cumprido a atribuição constitucional de apoiar o Controle Externo.

A Lei 14.13/2021, artigo 69, inciso III, estabelece que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de controle preventivo, sujeitando a terceira linha de defesa integrada pelo órgão central de controle interno da administração.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Solicitada pela Comissão de Licitação CL, quanto a fase externa do processo administrativo sobre o nº 20250225001, ressalta-se que a fase interna foi analisada e dada o prosseguindo conforme parecer da assessoria jurídica, declara que analisou o processo em testilha, sob o manto da Resolução Administrativa nº. 11.410/2014/TCM-PA, art. 11, § 1, e o faz da seguinte maneira expedimos o parecer a seguir.

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA-PA, mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos. Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir o Município no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase externa do procedimento.

2. PRELIMINARMENTE

Ab initio, antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer, é ser verificada e registrada a cronologia dos fatos. Vejamos

3. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo nº20250225001, modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, deflagrado a " AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA-PA.

1. encaminhamentos da secretaria municipal de educação com encaminhamento de DFD;
2. Documento de formalização da demanda da secretaria municipal de educação;
3. termos de abertura de procedimento administrativo nº20250225001;
4. Minuta de estudo técnico preliminar;
5. estudo técnico preliminar;
6. Anexo I- ata de registro de preços n °20240267;
7. análise de risco;
8. Termo de referência;
9. Despacho para pesquisa de preço;
10. Despacho com a devolução de pesquisa de mercado;
11. Relatório de cotação: aquisição de mobiliário escolar;
12. Solicitação de dotação orçamentaria da SEMED;
13. Curtição de dotação orçamentaria semed;
14. Declaração de adequação orçamentaria;
15. Ofício nº0113/2025-gab-pmi- solicitação de autorização para adesão a ata de registro de preços;
16. Anexo I- planilha de itens;
17. ofício 008/2025 ofício de anuência do órgão gerenciador da ata autorizando adesão parcial;
18. parecer jurídico nº-47/2024/PROGEM/LIC/PMGP, pregão eletrônico – PE nº04/2025- PMGP- análise de procedimento licitatório;
19. edital do Penº04/2024 e anexos do processo licitatório;
20. aviso de licitação PE nº04/2024-PMGP no diário oficial;
21. aviso de licitação PR nº04/2024 PMGP no jornal Amazônia;
22. aviso de licitação PE 04/2024 PMGP no diário oficial da união;

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

23. ata parcial – PMGP- registro de preços eletrônico -PE- 04/2024- PMGP/ 2024;
24. ata final- PE-04-2024-PMGP/2024;
25. parecer final do controle interno;
26. termo de homologação;
27. publicação de homologação;
28. convocação da empresa V G DE SOUSA FERREIRA LTDA;
documentos apresentados pela empresa;
29. alteração contratual pela empresa V G DE SOUSA FERREIRA LTDA;
30. CNPJ;
31. Documento de identificação do socio;
32. Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
33. Certidão de regularidade de natureza tributária;
34. Certidão de negativa de natureza não tributária da fazenda estadual;
35. Certidão negativa de débitos trabalhistas;
36. Ficha de inscrição cadastral;
37. Certificado de regularidade do FGTS-CRF;
38. Certidão negativa de débitos da faenda municipal;
39. Balanço patrimonial;
40. Certidão cível judicial positiva;
41. Atestados de capacidade;
42. Nota fiscal de prestação de serviços;
43. Atestado de capacidade tecnica;
44. Despacho para comissão permanente de contratação;
45. Termo de autuação;
46. Parecer técnico;
47. Despacho para jurídico;
48. Minuta de contrato;
49. Parecer jurídico ;
50. Despacho para parecer do controle interno
conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos. A convocação dos interessados ocorreu por meio da publicação do Edital, tendo este cumprido seus requisitos, com prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis para preparação e apresentação das propostas das licitantes, de acordo com Art. 55, inciso I, alínea "a" da Lei 14.133/2021.

4. MÉRITO

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI, determina que as contratações realizadas pela Administração Pública devam ser realizadas através de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo está a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público. A regulamentação do referido artigo encontra-se exposta na Lei Federal no 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações: Art.2º Esta Lei aplica-se a: I - Alienação e concessão de direito real de uso de bens;



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

II - compra, inclusive por encomenda

; III- locação;

V - Concessão e permissão de uso de bens públicos;

V - Prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais Especializados;

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

O procedimento licitatório tem como finalidade garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bem como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específicos das Licitações e Contratos, conforme o artigo 11 da Lei 14.133/2021, in verbis:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos.

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do Órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

Ademais, o art. 12 da Lei de Licitações e Contratos estabelece exigências formais a serem cumpridas no processo de licitação, devendo ser observado por todos os agentes envolvidos na realização do procedimento licitatório. O art. 6º da Lei 14.133/2021, inciso XLI, define a modalidade de Licitação denominada pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o maior desconto. Além disso, o art. 29 da citada Lei assevera que o pregão será adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meios de especificações usuais de mercado. Já o artigo 17º da referida lei discorre sobre as fases a serem seguidas no procedimento de Pregão, bem como as particularidades a serem observadas.

No que se refere à fase preparatória é importante indicar os elementos que devem conter na instrução do Processo Licitatório de acordo com o exposto no art. 18, da Lei de Licitações e Contrato:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei,



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação,

observado o art. 24 desta Lei (...) ao analisar a presente instrução processual. vê-se que estão presentes os elementos exigidos pelo artigo supra em destaque: a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. É importante destacar que os procedimentos licitatórios foram regulamentados neste Município pelo Decreto nº 020/2024. A referida norma aduz que os procedimentos serão realizados preferencialmente de forma eletrônica, bem como delimita os cabimentos da utilização do sistema de registro de preços.

A título de informação, o Sistema de Registro de Preços é definido no artigo 6º, inciso XLV, inciso II da Lei 14.133/2021: Conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras. Ademais, o Decreto Federal 11.462/2023 em seus art. 15 estabelece quais os elementos indispensáveis que devem conter no edital de registro de preços.



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O edital do processo em epígrafe em tela se subsumiu ao previsto no referido artigo, uma vez presente todos os elementos necessários, bem como justificada a vantagem da utilização da Ata de Registro de Preços, por meio do Pregão Eletrônico, dado a economicidade do procedimento, tornando-se plenamente possível sua aplicação para a contratação em comento. O procedimento fora iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto. No que tange a minuta do Edital, contrato e anexos, a parecer jurídico opinou favoravelmente ao prosseguimento do procedimento licitatório, estando em consonância com a legislação disciplinadora da matéria, cumprindo o requisito do Art. 53 da Lei de Licitações e Contratos. Verifica-se nos autos comprovante de publicação do edital, bem como no Diário Oficial dos Municípios e da União, cumprindo o requisito previsto no Art. 54 da Lei 14.133/2021. Ademais, foi respeitado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do edital, e a realização do pregão, conforme o artigo Art. 55, inciso I, alínea "a" da Lei de Licitações e Contratos.

Iniciados os trabalhos, o Agente de Contratação abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, sendo as propostas analisadas e, em seguida, abrindo a fase de lances. Na sequência, encerrada a etapa de envio de lance da sessão pública, fora aberto prazo para negociação de preços.

5. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DO PROCESSO

Frente o exposto, esta Controladoria conclui que o referido processo encontra revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento e publicidade, estando apto para gerar despesas para a municipalidade. Cumpre observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, em especial o contido na Lei 14.133/2021. Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos.

Itupiranga-PA, 20 de março de 2025

IVON CLEITON SOUZA DE FREITAS

Controlador Geral do Município - CGM

Decreto Municipal n°019/2025-GAB/PMI



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

